

UM TERRITÓRIO A SER DEFENDIDO: CORPOS, GÊNERO E DITADURAS

Ana Maria Veiga
Doutoranda em História
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

Pensar as ditaduras militares nos países do hoje denominado Cone Sul nos remete a relatos sobre manifestações, sequestros, prisões, torturas e mortes. Ao observar a atuação de mulheres e as relações de gênero que perpassam essas décadas, podemos ver seus corpos como campos simbólicos dentro da resistência, armada ou não; ambigualmente, eles representam também territórios a se defender. Partindo dos relatos de duas argentinas, duas brasileiras e uma boliviana que estiveram nas ruas, na clandestinidade ou na prisão, proponho uma reflexão sobre a instrumentalização dos corpos, por elas e pelo aparato militar repressivo. Ao mesmo tempo, essas mulheres tiveram contato com os ideais feministas que ganhavam visibilidade e acabaram por gerar sua dupla militância. O uso da história comparada como meio de apreensão dessas práticas pode ajudar a iluminar outros aspectos de trajetórias, ao mesmo tempo semelhantes e distintas.

Palavras-chave: Corpos – Gênero – Ditadura

A TERRITORY TO BE DEFENDED: BODIES, GENDER AND DICTATORSHIPS

Abstract:

Thinking of the military dictatorships in the countries of the nowadays denominated South Cone takes us to narratives about manifestations, sequestrations, prisons, tortures and deaths. Observing women's action and the gender relations that permeate these decades, we can see in their bodies symbolic fields inside the resistance, either armed or not; ambiguously, they also represent territories to defend. Looking at the narratives of two Argentineans, two Brazilians and a Bolivian which were at the streets, in clandestinity or in prison, I purpose a reflection about the instrumentalization of bodies, by themselves and by the repressive display. At the same time, these women were in contact with the feminist ideas that got visibility and marked the beginning of their double militancy. The use of compared history as a way of apprehension of these practices may help to light other aspects of trajectories, quite similar and diverse.

Keywords: Bodies – Gender – Dictatorship

Trago com este artigo a proposta de uma reflexão historiográfica sobre a conquista e a utilização dos corpos, os feminismos e as relações de gênero no contexto sul-americano das ditaduras militares, a partir do relato de três ex-presas políticas que estiveram em grupos de resistência aos regimes ditatoriais em seus países e também de duas ex-militantes políticas de esquerda que atuaram nas frentes de resistência a esses governos¹. As primeiras são a argentina Alejandra Ciriza, a boliviana Miriam Suarez e a brasileira Maria Amélia de Almeida Teles, cujas exposições orais foram registradas

¹ Utilizei os depoimentos dessas mesmas pessoas em uma comunicação oral apresentada em Buenos Aires em novembro de 2009, refletindo sobre a inserção das mulheres na esquerda e a recepção de teorias vindas da Europa e dos Estados Unidos pela chamada “periferia” latino-americana. Cf. Veiga, 2009.

durante o Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul². Completo o quadro com as elaborações da argentina Monica Sol e da brasileira Sônia Weidner Maluf, que trazem à tona um estilo de militância que abre a possibilidade para outros tipos de abordagem.

As memórias suscitadas pelo mencionado encontro e o modo como foram expostas traçam um caminho de convergência entre o feminismo e o campo das esquerdas sul-americanas, possibilitando a realização de um diálogo que por muito tempo pareceu impossível, já que os ideais feministas foram, via de regra, vistos como pequeno-burgueses e como instrumentos do imperialismo estadunidense – tomado como um elemento unificador dos regimes militares e promotor de suas práticas e técnicas repressivas.

Essas técnicas incidiram diretamente sobre os corpos de quem quer que tenha sido preso ou presa nas celas do aparato militar, considerado por essas mulheres a expressão máxima do machismo. Busco compreender e refletir sobre como elas lidaram, ao mesmo tempo, com o feminismo, com a paixão pela liberdade e pela igualdade, vivida intensamente dentro dos grupos de esquerda, e como lidam hoje com as marcas dessa luta impressas em seus próprios corpos. É sobre esse conjunto de relações que me proponho a refletir.

Militância política e feridas abertas

A boliviana Miriam Suarez, a argentina Alejandra Ciriza e a brasileira Maria Amélia de Almeida Teles estiveram na mesa de encerramento do mencionado encontro, intitulada *Trajetórias de mulheres na luta contra as ditaduras no Cone Sul*. O que estas mulheres teriam em comum para partilhar? Mais do que lembranças, certamente. O clima de cumplicidade, confiança e solidariedade entre elas e quem as assistia brotou da memória de um tempo marcado pela resistência, mas também pela dor.

Mais do que o tempo, seus corpos também receberam as marcas da tortura e da repressão. Todas elas estiveram em grupos de esquerda (armados ou não) em seus países; além disso, identificaram-se com o feminismo naquele período e trazem com

² Evento realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em maio de 2009, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, coordenadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH – da UFSC e do intitulado Projeto Cone Sul, que busca traçar uma história comparada desses países sob uma perspectiva de gênero. Os textos escritos, reproduzindo essas narrativas estarão disponíveis em www.coloquioconesul.ufsc.br.

elas a característica da chamada dupla militância, que viveram como feministas e como “mulheres políticas”³. Tomo seus depoimentos como base para o início de algumas reflexões, partindo também da argumentação de Michelle Perrot que diz que “há muito tempo as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História” e que esse silêncio pesa primeiramente sobre seus corpos (Perrot, 2003: 13).

A argentina Alejandra Ciriza⁴ nos permite perceber a importância do rompimento desse silêncio. Ela alerta para o fato da inserção dos testemunhos nas práticas constituírem uma arena de disputa e que o que é dito deixa de nos pertencer, mesmo permanecendo marcado pela singularidade; fica sujeito a ressignificações e elaborações que se afastam do sentido desejado por quem o produziu (Ciriza, 2009b). Levando em conta suas considerações, pretendo me apropriar de seu discurso para abrir uma reflexão que utiliza a comparação como método e como possibilidade de ampliação.

Essa argentina entrou para o PRT-ERP⁵ em 1975, aos dezenove anos. Alguns trechos de seu testemunho aproximam a militância política de esquerda da prática feminista. Alejandra narra que naquele tempo algumas delas (as chamadas dupla-militantes) sobreviveram, enquanto outras perderam a vida e a liberdade. Muitos corpos foram interditados, outros aniquilados.

*Para mi se trata de una posición incómoda; yo pertenezco a una doble tradición: soy de izquierda, no puedo otra cosa, y soy feminista. Ser feminista y ser de izquierda son cosas complicadas y difíciles de sostener simultáneamente*⁶ (Ciriza, 2009).

Essa dificuldade estava na não aceitação dos ideais feministas pela maioria dos grupos de esquerda, incluindo o seu. Alejandra Ciriza estava, de corpo e mente, posicionada num lugar de dupla opressão. Como militante política de esquerda, lutava por um mundo diferente, onde não haveria mais a distinção de classes; como militante feminista, a luta era contra a opressão que sofria por ser mulher. Dentro do PRT-ERP

³ O termo “mulheres políticas” aparece para designar as militantes de esquerda nos países de língua espanhola no âmbito do Cone Sul.

⁴ Hoje é filósofa e professora da Universidad de Cuyo, em Mendoza.

⁵ Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo.

⁶ “Para mim se trata de uma posição incômoda; eu pertencço a uma dupla tradição: sou de esquerda, não posso outra coisa, e sou feminista. Ser feminista e ser de esquerda são coisas complicadas e difíceis de sustentar simultaneamente” (tradução livre).

argentino, a ambiguidade. Tinha que escolher lutar por apenas uma das causas mais decisivas de sua vida. A outra seria relegada a outros espaços de discussão.

*Soy feminista en la producción teórica y en la practica política, pues no es posible ser feminista sin practica. Soy feminista y marxista, hermana de mis hermanas políticas, militantes de izquierda, detenidas y torturadas en la cárcel de la dictadura, violadas y asesinadas; compañera de compañeras que parieran en los centros clandestinos de detención, que nos dejaron como herencia la búsqueda de sus cuerpos y de sus hijos e hijas*⁷ (Ciriza, 2009).

Este recorte nos mostra outros elementos: no primeiro momento aponta o espaço que ocupa hoje dentro da academia, levando seu feminismo para o campo da produção teórica, onde segue com a opção pelo marxismo como norteador da construção do pensamento; outro aspecto é a emoção que permeia sua fala quando rememora as companheiras políticas dos anos da ditadura. Entre lágrimas, evoca a memória da solidariedade feminista no combate político e se coloca como “irmã de suas irmãs políticas”, as militantes de esquerda que foram presas, torturadas e violentadas, como ela, nos cárceres do regime militar. Alejandra afirma que ser mulher não foi indiferente nos anos da repressão e que a tortura tomou formas específicas. Algumas delas foram assassinadas, algumas tiveram seus filhos nos centros clandestinos. A herança que deixaram foi justamente a busca de seus corpos e de seus filhos e filhas (Ciriza, 2009).

Joana Maria Pedro argumenta que as múltiplas representações que se configuraram sobre o corpo das mulheres estiveram articuladas a diversas formas de controle e que essas tentativas de domínio, também sobre o controle de sua capacidade procriativa, “foram responsáveis pela configuração das mais diversas representações do corpo feminino, tendo como alvo o aparelho reprodutor” (Pedro, 2003: p. 174). No momento em que os contraceptivos eram largamente difundidos na América Latina (não sem a resistência da igreja católica e da parte conservadora das sociedades locais) e que viraram tema de discussões dentro do movimento feminista⁸, essas mulheres não

⁷ “Sou feminista na produção teórica e na prática política, pois não é possível ser feminista sem prática. Sou feminista e marxista, irmã de minhas irmãs políticas, militantes de esquerda detidas e torturadas nos cárceres da ditadura, violadas e assassinadas; companheira de companheiras que pariram nos centros clandestinos de detenção, que nos deixaram como herança a busca de seus corpos e de seus filhos e filhas” (tradução livre).

⁸ De acordo com Michelle Perrot (cf. 2003: 23), o feminismo dos anos 1970 passa a lutar pelo conhecimento e pela autonomia dos corpos das mulheres.

tiveram qualquer escolha sobre seus corpos, muitas gerando os filhos de seus próprios torturadores por trás das grades dos cárceres militares.

Por meio do relato de Alejandra Ciriza, pleno de subjetividade e emoção, podemos traçar uma pequena linha na composição do quadro que foi o terror de Estado para as mulheres argentinas, já que tantos outros testemunhos poderiam ser juntados ao seu. A história das ditaduras militares pode ser vista como a história do domínio sobre os corpos, da ameaça à dignidade da condição humana. Corpos eram detidos, interditados, ameaçados, torturados, violentados sexualmente, explorados nos seus limites, aniquilados pela morte violenta ou mesmo roubados, como no caso das mais de quatrocentas crianças desaparecidas, criadas por outras famílias, muitas vezes as dos próprios algozes de suas mães ou pais biológicos. E Alejandra segue:

Lo que quiero transmitir no es solamente la memoria do que me sucedió, si no que lo que deseo transmitir es la voluntad de transformación que nos habitaba y deseo transmitir que la revolución no puede hacerse sin nosotras [...] ⁹ (Ciriza, 2009).

“A revolução não pode ser feita sem as mulheres”. Seu depoimento traz uma questão que aparece em diversos testemunhos de feministas que participaram da luta, armada ou não, contra as ditaduras militares, tanto na Argentina quanto no Brasil ou em outros países do Cone Sul¹⁰: a dificuldade encontrada por elas, mulheres discriminadas dentro das organizações e partidos de esquerda, por serem feministas, e depois também dentro das organizações feministas, por fazerem parte dos grupos de esquerda. Ironicamente, a igualdade de tratamento que recebiam era dada pelas práticas repressivas de tortura e violência, cujos executores não diferenciavam corpos de homens ou de mulheres, ou, se de certo modo os diferenciavam, faziam doer a todos. Isso veremos melhor com o depoimento de Maria Amélia Teles.

Mas os pontos centrais narrados pelas mulheres militantes de esquerda e feministas não estão limitados por fronteiras geográficas. A boliviana Miriam Suarez também oferece seu relato pessoal, reconhecendo-o pleno de ressentimentos e outros

⁹ “O que quero transmitir não é somente a memória do que aconteceu, mas o que desejo transmitir é a vontade de transformação que nos habitava e desejo transmitir que a revolução não pode ser feita sem nós (as mulheres)” (tradução livre).

¹⁰ O projeto *Movimento de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul*, coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, da UFSC, conta hoje com mais de cento e trinta entrevistas realizadas com mulheres de todos os países do Cone Sul. Este material encontra-se no acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História desta universidade.

sentimentos. De descendência indígena e ainda muito jovem, iniciou sua militância política em um grupo de treinamento ideológico e militar que lutava pela reforma agrária, a *Unión de Campesinos Pobres* – UCAPO. Jovens de todo o país ingressaram nesse grupo, de acordo com ela. Conta que a paixão pela vida e pela liberdade não se comparava com nada naquele momento e a causa emancipatória da esquerda tinha como inimigo principal o capitalismo, comandado pelo “imperialismo yankee e seus lacaios locais” (Suarez, 2009).

Yo me considero una soldada por la libertad y en ese sentido nunca he dejado de serlo. Yo quiero empezar ese relato declarando que sí, soy feminista, y soy feminista y eso no implica que yo renuncie a mis principios y compromisos revolucionarios. Al contrario, creo que los fortalezco con esa búsqueda de encontrar fuerzas coincidentes, convergentes, que me permitan contar con todos los elementos para hacer eso que buscamos en la década de setenta: transformar este mundo, alterarlo y buscar lo alternativo a través de cosas que nos llenaban, no solamente nos llenaban materialmente, sino también de manera espiritual¹¹ (Suarez, 2009).

Com sua fala, Miriam Suarez responde a velhos questionamentos colocados às mulheres que exerciam a dupla militância. Não era por ser feminista que se afastaria de seus mais caros ideais como revolucionária; afirma que nunca deixou de ser uma “soldada pela liberdade”. Para ela, a resistência ao regime e a luta de classes não estavam de todo apartadas do que entende por ideal feminista. A transformação do mundo tão sonhada, principalmente na década de setenta e nos primeiros anos oitenta, só poderia ser alcançada com a contemplação das reivindicações de igualdade das mulheres, não com seu desprezo ou deslocamento para segundo plano.

Miriam vê nos anos 1970 a origem do rumo político tomado pelos países latino-americanos hoje. Vê com orgulho o governo do “Índio Evo”, como se refere ao atual presidente de origem indígena, Evo Morales. A clareza de pensamento deixa transparecer a trajetória de uma militante política de esquerda consciente e atuante, até os dias de hoje. Seus caminhos seguiram a linha da prática feminista de atuação, nem por isso foram menos representativos que os da esquerda mais tradicional.

¹¹ “Eu me considero uma soldada pela liberdade e nesse sentido nunca deixei de sê-lo. Eu quero começar esse relato declarando que sim, sou feminista, e sou feminista e isso não implica que eu renuncie aos meus princípios e compromissos revolucionários. Ao contrário, creio que os fortaleço com essa busca de encontrar forças coincidentes, convergentes, que me permitam contar com todos os elementos para fazer isso que buscamos na década de setenta: transformar este mundo, alterá-lo e buscar o alternativo através de coisas que nos preenchem, não somente nos satisfaziam materialmente, mas também de maneira espiritual” (tradução livre).

*Me tocó vivir de cerca a los efectos de un régimen totalitario que no se detuvo ante nada, atropelló los derechos de las personas y de los pueblos y acabó con las esperanzas de cambio que empezaban a germinar y que habían sido regadas con sangre de guerrilleros comandados por el Che Guevara en Bolivia*¹² (Suarez, 2009).

Ela legitima e relaciona a origem de seu posicionamento na esquerda boliviana à atuação de Che Guevara e seus companheiros (das companheiras não se fala) naquele país. Aponta uma efervescência revolucionária nos anos setenta que questionava a posição dos partidos de esquerda que haviam feito pouco caso da presença revolucionária na Bolívia, onde morreu Guevara em 1967 (Suarez, 2009). Neste ponto, diante de um sentimento de orgulho, podemos sugerir a imagem da Bolívia como um corpo territorial, físico, solo (guardador de uma relíquia) onde o corpo do herói da esquerda armada latino-americana foi aniquilado, no combate ao poder hegemônico da direita.

O testemunho de Miriam Suarez ao mesmo tempo sinaliza a influência de Che Guevara nos grupos da esquerda radical boliviana e mostra que por lá circulavam também ideias feministas, que de alguma forma eram consideradas incompatíveis com a perspectiva da esquerda.

*Los jóvenes persistían en sus luchas y reflexiones teóricas sobre los métodos de agilizar a transformación nacional en beneficio de los pobres, de los obreros, de los campesinos; y en ese discurso, debo reconocer, a pesar de ser una militante de esa época, no entraban los pueblos indígenas y mucho menos las mujeres, aún que en todos los grupos las mujeres estuvimos participando activamente y cumpliendo distintos roles de militantes y de guerrilleras*¹³ (Suarez, 2009).

Volto a afirmar que esse tipo de depoimento poderia seguramente ser transmitido por diversas mulheres que estiveram nessa mesma situação dentro dos partidos políticos no contexto das ditaduras militares que dominaram a região do Cone Sul, portanto torna-se relevante ressaltar que os testemunhos não são apresentados

¹² “Coube a mim viver junto aos efeitos de um regime totalitário que não se deteve diante de nada, atropelou os direitos das pessoas e dos povos e acabou com as esperanças de mudança que começavam a germinar e que tinham sido regadas com o sangue de guerrilheiros comandados por Che Guevara na Bolívia” (tradução livre).

¹³ “Os jovens persistiam em suas lutas e reflexões teóricas sobre os métodos de agilizar a transformação nacional em benefício dos pobres, dos operários, dos camponeses; e nesse discurso, devo reconhecer, apesar de ser uma militante nessa época, não entravam os povos indígenas e muito menos as mulheres, ainda que em todos os grupos nós mulheres estivéssemos participando ativamente e cumprindo diferentes papéis de militantes e de guerrilheiras” (tradução livre).

como verdades, mas como as representações que essas mulheres fizeram e sua interpretação pessoal sobre o período em que viveram, além da correspondência com o contexto em que são registrados. Eles não fazem sozinhos a história, mas podem contribuir na composição de certos paradigmas. A recorrência e a semelhança dos relatos, originados em distintos países é o que permite sua utilização como ferramentas para pensarmos contextos históricos e características específicas. Outros aspectos são destacados por Miriam Suarez:

Trabajamos en diferentes labores, la de correo, la de búsqueda de información, la de apoyo logístico para encontrar las formas de contribuir al sostenimiento de los grupos, sin dejar de lado las labores cotidianas de los hijos, de estudiar, de trabajar fuera, de la casa... Las mujeres militantes teníamos que demostrar nuestras propias capacidades y nos exigíamos mucho más que los mismos compañeros. [...] Estos antecedentes de participación, de entrega y de vivir para el otro sin recibir nada a cambio fueron despertando una conciencia crítica en las mujeres. Cuando nos reuníamos durante alguna tarea que cumplíamos, comentábamos y cuestionábamos nuestros roles de colaboradoras o de “segundonas” que daban los dirigentes de las organizaciones políticas de la época a las mujeres¹⁴ (Suarez, 2009).

Mesmo assim, a disciplina e o compromisso adquirido para sobrepor os interesses coletivos do partido aos questionamentos individuais eram mais fortes que a incipiente crítica feminista à organização partidária que se propunha a mudar o mundo, sem sequer se perguntar, de acordo com as palavras de Miriam, como as mulheres resolviam os problemas da vida cotidiana¹⁵. Essa vida cotidiana aparece em sua fala como uma dupla jornada na relação com os grupos de esquerda, pois as mulheres, além das tarefas da militância, tinham outras obrigações tradicionais, que diziam respeito ao cuidado com a casa e com os filhos, quando os tinham. Essa responsabilidade jamais apareceu nas trajetórias dos homens militantes. Mesmo dentro das organizações, diversos depoimentos atestam que muitas vezes cabiam às mulheres as tarefas de

¹⁴ “Trabalhamos em diferentes tarefas, a de correio, a de busca de informação, a de apoio logístico para encontrar as formas de contribuir à sustentação dos grupos, sem deixar de lado as tarefas cotidianas dos filhos, de estudar, de trabalhar fora, da casa... Nós mulheres militantes tínhamos que demonstrar nossas próprias capacidades e nos exigíamos muito mais do que os mesmos companheiros. [...] Estes antecedentes de participação, de entrega e de viver para o outro sem receber nada em troca foram despertando uma consciência crítica nas mulheres. Quando nos reuníamos para alguma tarefa que cumpríamos, comentávamos e questionávamos nossos papéis de colaboradoras ou de ‘segundonas’ que davam os dirigentes das organizações políticas da época às mulheres” (tradução livre).

¹⁵ Observo que Miriam Suarez não menciona em entrevista anterior essas primeiras reflexões sobre as questões específicas das mulheres dentro de seu grupo de esquerda na Bolívia. Naquele momento (2007) afirma que o primeiro contato com o feminismo se deu no exílio. Os depoimentos estão fortemente ligados ao momento e à situação em que são registrados e podem sofrer alterações com o passar do tempo.

secretariar, servir cafezinho, cozinhar e manter a limpeza dos “aparelhos” ocupados pelos grupos, armados ou não.

Miriam Suarez acha que não se deve culpar a ninguém nem responsabilizar aos homens, já que os companheiros, como ela e suas companheiras, são construídos socialmente sob esse sistema de discriminação e exclusão. Esse foi o principal motivo que as fez transitar da militância política aos grupos feministas, “[...] *que nos permitían entender que la sociedad no solamente se dividía en clases sociales, sino también en blanco y negro, si no también en indígena y no indígena y también entre hombres y mujeres*”¹⁶ (Suarez, 2009). O anonimato das mulheres e sua invisibilização dentro das organizações ou fora delas fortaleceram esse sentido crítico. Além do gênero, a etnia também passou a fazer parte da bandeira feminista de luta.

Preso em uma cidade da fronteira boliviana, Miriam Suarez descobriu que seu corpo era o primeiro território que tinha que defender. “*El cuerpo de la mujer se convertía en territorio que se había que conquistar. Y habíamos que defenderlo*”¹⁷ (Suarez, 2009). Com lágrimas nos olhos, reconheceu que foi muito duro descobrir isso. O depoimento emocionado de Miriam Suarez sugere as violações que sofreu na prisão e na tortura. Ela e seu companheiro escaparam do cárcere e seguiram para o exílio na Suécia. Os países que deram abrigo a tantas e tantos exilados políticos nos possibilitam constituir a imagem de um solo/seio acolhedor, onde se podia descansar confortavelmente, mesmo com os sobressaltos de pesadelos recém vividos.

No exílio Miriam começou a participar de grupos de mulheres que partilhavam experiências e falavam de suas próprias práticas. Apesar de compartilhar do incômodo e das conversas com as companheiras de grupo revolucionário na Bolívia, a primeira reunião feminista da qual participou foi em Estocolmo, organizada por algumas chilenas e uruguaias. Como haviam reeditado sua organização política no exílio, conta que imediatamente o partido se reuniu para questionar esse outro tipo de interesse. As agora dupla-militantes diziam que eram mulheres e que não iam ficar fora daquela discussão, então eles as chamaram e disseram: “*Pero ustedes son revolucionarias, no lo van a olvidar. Feministas no, porque el feminismo es de la pequeña burguesía. El feminismo*

¹⁶ “[...] que nos permitiam entender que a sociedade não somente se dividia em classes sociais, mas também em branco e negro, mas também em indígena e não indígena e também entre homens e mulheres” (tradução livre).

¹⁷ “O corpo da mulher se convertia em território que se tinha que conquistar. E tínhamos que defendê-lo” (tradução livre).

*está contra la fuerza revolucionaria.*¹⁸ Mas elas foram ao encontro e não disseram às outras companheiras nenhuma das palavras que ouviram do partido (Suarez, 2009).

Miriam conclui seu testemunho falando que a evolução do pensamento feminista na Bolívia tem uma origem política de luta e de resistência aos sistemas de exclusão e de propostas inacabadas, abertas a novas ideias, à participação, ao respeito, à diversidade, que se volta como um potencial dos povos e da região. Afirma que os sistemas de exclusão, o capitalismo, o neoliberalismo e o patriarcado são coincidentes em todos os sentidos; e como são coincidentes também são mutáveis, buscando se acomodar para que se reproduzam constantemente. E diz que por isso essa denúncia é tão importante (Suarez, 2009).

Mas e quanto ao Brasil? A trajetória que completa esse primeiro o quadro é a da feminista brasileira e militante de esquerda Maria Amélia de Almeida Teles. Amelinha, como é conhecida, foi criada em uma família de operários sindicalistas e desde cedo esteve envolvida com o Partido Comunista¹⁹, radicalizando sua posição a partir do golpe militar brasileiro de 1964 e entrando para a clandestinidade no ano seguinte (Teles, 2009). A partir de 1968, com a dura resposta do regime militar frente às manifestações sociais, políticas e culturais que movimentaram boa parte do mundo e do Brasil, muitos jovens da esquerda decidiram “pegar em armas” como meio de resistir ou mesmo de tentar reverter a situação. Amelinha participou de um dos núcleos que se formavam inspirados pela vitória da Revolução Cubana.

Ela conta que trabalhava com a gráfica do PC em São Paulo e que de 1964 a 1968 não conheceu nem lidou com nenhuma mulher no partido. Diz que as únicas notas que saíam sobre mulheres no jornal *Classe Operária*, que ela editava, foram escritas por ela mesma e que isso não era tarefa fácil diante dos companheiros, que criticavam a falta de importância e a inconsistência dessas notícias (Teles, 2009).

Ana Maria Colling observa a diluição das relações de gênero na chamada “luta geral”, enquanto que o desmerecimento das mulheres era demonstrado em sua condição subalterna dentro dos grupos da esquerda brasileira. As mulheres militantes eram

¹⁸ “Mas vocês são revolucionárias, não vão esquecer. Feministas não, porque o feminismo é da pequena burguesia. O feminismo está contra a força revolucionária” (tradução livre).

¹⁹ É necessário esclarecer que no Brasil o Partido Comunista ainda contava com certo prestígio, mas mesmo assim foi uma de suas dissidências, o PC do B, que pegou em armas, formando a Guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974. Em outros países o PC era visto como representante de uma esquerda conservadora. Na Argentina, por exemplo, os jovens distanciavam-se do PC para atuar em grupos mais radicais, muitos deles armados, mesmo antes do período da última ditadura militar naquele país (1976-1983).

invisíveis, pois não faziam parte do modelo histórico feminino, sendo consideradas seres “desviantes”, segundo a autora. Estavam longe de ser consideradas “mulheres ideais”. Não podiam se constituir em sujeitos políticos (Colling, 2006).

Maria Amélia Teles teve dois filhos na clandestinidade com o companheiro com quem vive há quarenta e sete anos; o casal foi preso com os filhos pequenos. Amelinha diz que para ela essa era a pior parte da tortura, a presença dos filhos no centro clandestino (Teles, 2009). À tortura do corpo da mulher juntava-se a consciência da presença física do filho e da filha e do que podia ser apreendido por meio dos seus olhos. Os pequenos Edson e Janaína também estavam interditados. Moravam na prisão, jogavam bola, passavam o tempo com os militares e eventualmente eram levados para ver o pai e a mãe nas condições mais degradantes, resultado das sessões de tortura. O corpo na tortura é ao mesmo tempo material e simbólico.

Amelinha relata que não havia tortura com roupas, nem para as mulheres, nem para os homens (estar nu era estar vulnerável) e que um dia, depois de passar por todo o circuito da tortura de espancamentos, “pau-de-arara”, palmatória, afogamento, choques na vagina, no ânus, na cabeça, nos ouvidos, nos seios, seu filho de quatro anos foi levado para ver o resultado disso e queria saber por que a mãe estava azul. Enquanto tudo acontecia, repetidamente diziam a ela que a filha estava em um caixão (Teles, 2009).

Conta que sua irmã, Criméia, conseguiu escapar com vida da Guerrilha do Araguaia deflagrada em 1972, onde teve o companheiro morto. Ela foi uma das raras sobreviventes, também presa quando estava grávida de sete meses. Relata que Criméia era muito procurada pela repressão e que foi presa alegando ser empregada doméstica do casal. Mesmo grávida, era torturada algumas vezes nos primeiros dias da prisão, até que a mentira foi descoberta e o próprio general que comandava aquela equipe veio aplicar a “lição”, sobre ela e também sobre seus subordinados, que não conseguiram perceber que aquela era a irmã foragida de Maria Amélia. Durante dez dias todos foram torturados barbaramente. Os militares queriam que ela assinasse uma autorização para que fizessem um aborto na irmã. Amelinha não assinou. Eram torturados em rodízio, cada vez predominando os gritos de um deles nas salas do centro clandestino. O filho de Criméia nasceu na prisão (Teles, 2009).

Ela relata o caso de um companheiro que foi preso e torturado junto com o filho pequeno. Quando os algozes disseram que se ele não falasse continuariam a torturar a criança, o homem disse ao filho que não falaria, para que outros filhos de outros companheiros não fossem também torturados. O pai do menino morreu na prisão (Teles, 2009).

Esses relatos mostram claramente a constituição do corpo como campo de disputa e como instrumento central na estratégia do jogo repressivo. Era por meio dele que se falava ou se figurava uma soberania. Dele dispunham ambas as partes, a que pressionava e o levava ao limite e a que resistia ou não a essas táticas sistemáticas de poder. Além da tortura, a resistência ou a desistência também estavam carregadas de simbolismo.

O depoimento de Amelinha ressalta o preconceito que sofria, ainda fora da prisão, por conta de uma concepção comum sobre o feminismo, criada no intuito de desmerecer as reivindicações das mulheres. Feminismo “era coisa de burguesa, era coisa de quem não tinha o que fazer, era coisa de ‘sapatona’.”

Eu defendia e acreditava que os partidos tinham que ser feministas, eu era muito ingênua! Hoje eu tenho certeza que não são e não vão ser. Eu briguei muito dentro do partido para que ele assumisse a bandeira do feminismo e acabei sendo expulsa... sem uma razão política (Teles, 2009).

A razão política, a meu ver, estava implícita e naturalizada. A desqualificação das reivindicações específicas das mulheres partia não apenas da esquerda, que no sentido do preconceito e da moral estava bem mais próxima da direita do que gostaria de admitir. Ambos os lados se uniam no consenso que afastava o reconhecimento das mulheres como pessoas capazes dos mesmos cargos e da mesma consideração dentro de qualquer grupo.

Outras mulheres, que não estiveram na prisão, acabaram por usar seus corpos de outras formas no combate aos regimes militares.

Outras trajetórias políticas e corpóreas

A argentina Monica Sol afirma que a violência sexual na tortura nunca era comentada dentro do seu grupo de esquerda trotskista, o PST²⁰, assim como na esquerda argentina de modo mais amplo. Não sabe dizer até que ponto isso denunciava um certo incômodo com questões sobre a sexualidade ou se o silêncio era uma maneira de não desencorajar outros e outras militantes que ainda não sabiam de fato o que acontecia dentro das paredes da prisão política (Sol, 2009).

Michelle Perrot nos ajuda a ampliar esse debate:

Quais são os fundamentos, as raízes do silêncio acerca do corpo da mulher? Trata-se de um silêncio de longa duração, inscrito na construção do pensamento simbólico da diferença entre os sexos, mas forçado ao longo do tempo pelo discurso médico ou político (Perrot, 2003: 20).

Perrot afirma ainda que a “honra feminina” está no fechamento e no silêncio do corpo (Perrot, 2003: 22). Certamente não era fácil nem para mulheres nem para homens falar sobre as torturas que marcaram seus corpos, entre elas as violações sexuais. Recorrendo às palavras de outra trotskista conterrânea de Sol, Mirta Henault, a esquerda argentina era extremamente puritana e a sexualidade não fazia parte de seu vocabulário²¹ (Veiga, 2009b).

O pai de Monica Sol era filiado ao PC Argentino, do qual ela participou desde os quatorze anos de idade; mas conta que o PC era mal visto pelos jovens de esquerda no período do regime militar, que buscavam uma saída própria para a resistência política, muitos optando pela luta armada. Sua opção pelo trotskismo foi influenciada por amigas de colégio, que a levaram ao PST (Sol, 2009).

É interessante perceber que várias feministas argentinas de esquerda optavam pelo trotskismo. No Brasil, além de grupos revolucionários, muitas das feministas estavam dentro do próprio Partido Comunista, também clandestino. A configuração partidária do PC mudava no cruzamento das fronteiras geopolíticas.

Seguindo com o testemunho de Sol, para ela a ética revolucionária estava embasada na solidariedade; pensava que era isso que mantinha a união e a própria vida. O ranço pequeno-burguês era tido como o “pecado original”, do qual necessitavam se lavar o tempo todo (Sol, 2009).

²⁰ Partido Socialista de los Trabajadores.

²¹ Em entrevista concedida a Ana Maria Veiga em Buenos Aires – fevereiro de 2007. Acervo do LEGH/UFSC.

Seu corpo, como os de outras militantes do mesmo grupo, era colocado nas ruas, como instrumento de resistência e protesto. Fazia parte de um grupo de teatro que servia como cortina para a clandestinidade. Com o passar do tempo, o movimento artístico cresceu e superou o grupo original da militância. O grupo original atuava em performances de cunho feminista protagonizadas apenas por mulheres. Por mais que resistisse a esse termo, que denotava para ela admitir a vitimização e a inferioridade das mulheres, Sol reconhecia a importância dessas manifestações. Elas usavam o teatro do absurdo e do exagero para questionar as profissões consideradas femininas e os papéis tradicionais das mulheres. Ridicularizavam as atrizes que queriam apenas interpretar mulheres sensuais, ricas e bonitas, criando o inverso. Apropriavam-se das personagens, adaptando e reinventando os textos das peças.

O “quadro” (nome que se dava à liderança) de sua célula partidária era uma mulher, Marta, que trouxe ao grupo as primeiras leituras feministas. Certamente o que era lido era também traduzido e adaptado à realidade de mulheres que, além de se identificarem com essas ideias, participavam de grupos de resistência e sofriam a repressão das ditaduras militares.

Sol conta que as mulheres que chegavam ao comando de uma célula tinham voto maior do que o dos homens, pois para uma mulher chegar a essa posição ela tinha que mostrar um valor muito maior. Quanto ao comportamento normatizado, não podiam usar cabelos soltos nem minissaias, tinham que usar cores neutras e não chamar a atenção, ou seja, as mulheres da esquerda deviam andar uniformizadas. Isso já poderia denotar uma forma sutil de dominação. Sol diz que os grupos de esquerda entendiam que a feminilidade era algo construído, mas que os companheiros demonstravam seu gosto por mulheres mais femininas (Sol, 2009). O uso e a idealização dos corpos podiam ser contraditórios.

Ana Maria Colling argumenta que as militantes assumiam a dominação masculina, camuflando a sexualidade “numa categoria sem sexo – a militante política” e diz que os limites da feminilidade eram determinados pelos homens. “A repressão (e eu diria a grande maioria da sociedade aliada a ela) caracteriza a mulher militante como PUTA COMUNISTA. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico” (Colling, 2006, p. 97). Era, ao mesmo tempo, opositora e subversiva dos valores sociais. Colling observa

também que a história da repressão, assim como a história da oposição são histórias masculinas.

As mulheres, assim como os homens do grupo de Monica Sol, eram enviadas para trabalhar nas fábricas. Mais uma vez, o corpo adquire outras formas nas estratégias políticas da militância. Ele lida com máquinas, muitas vezes com força bruta e é, de novo, uniformizado.

De acordo com a pesquisa de Cristina Scheibe Wolff, os grupos da esquerda armada brasileira, predominantemente masculinos, tinham como regra para as mulheres justamente o seu papel social “naturalmente” estabelecido; elas tinham a tarefa de manter as casas, enquanto que as estratégias e táticas de ação ficavam inteiramente por conta deles. As mulheres que se sobressaíam em alguma ação armada ou que sabiam atirar bem eram vistas (respeitadas?) em alguns casos como “machos” diante do grupo²². A imagem do “guerrilheiro” era masculinizada, apesar de alguns grupos serem formados por aproximadamente vinte por cento de mulheres (Wolff, 2007).

Sol termina seu depoimento refletindo sobre o quanto o comando de Marta podia ser adequado a um grupo de mulheres e que efetividade ele teria tido no grupo maior, permeado pelo preconceito e pela divisão sexual do trabalho dentro do partido²³. Lembro que os papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres não foram uma característica exclusiva dos grupos de esquerda, que apenas reproduziam, ao invés de combater, os preconceitos enraizados numa escala social mais ampla. Sol exilou-se no Brasil com seu companheiro em 1979 e não voltou mais a viver na Argentina.

Passemos agora a outra experiência singular. Quando ingressou na universidade, em 1978, a brasileira Sônia Weidner Maluf organizou, junto com outros e outras estudantes, um grupo de estudos sobre temas do marxismo. Depois de ingressar no movimento estudantil, ajudou a formar em 1980 um grupo feminista de esquerda chamado *Liberta*. Coincidentemente, um dos meios de manifestação dessas jovens influenciadas por ideias e textos socialistas era o teatro. Sônia conta que encenaram algumas (poucas) peças de protesto, que ao mesmo tempo denunciavam a situação das mulheres e a opressão de classe, exigindo uma transformação social²⁴.

²² Essa informação aparece em entrevistas registradas por Wolff para seu trabalho.

²³ No Brasil podemos encontrar diversas mulheres que se destacaram como líderes em seus grupos de esquerda. Um exemplo delas é Elizabeth de Souza Lobo, que comandava uma das células mais importantes do PCB nos anos 1960.

²⁴ Conversa com a autora em setembro de 2009.

Como afirmação identitária, as companheiras do seu grupo se autodenominavam “feministas revolucionárias” ou “feministas autônomas”, dependendo de quem fossem as/os interlocutoras/es. Maluf explica que com relação aos outros grupos feministas, elas queriam se diferenciar pela crítica ao que consideravam “política assistencialista” e pouco radical. Quanto ao seu grupo de esquerda de origem, o Peleia – uma tendência estudantil ligada à Democracia Socialista –, consideravam-no “pouco feminista” (Maluf, 2009).

Ela conta que começaram a convidar as militantes do Peleia para discutir temas relacionados à opressão de gênero e que o novo grupo foi crescendo aos poucos, acrescido por estudantes de fora desse âmbito e também por mulheres da periferia. Juntas, discutiam textos e faziam planejamento de ação, como a invasão e ocupação da moradia estudantil da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul –, proibida para mulheres, que durou dias, até que elas tivessem esse direito conquistado. A invasão e a ocupação de lugares até então proibidos sinaliza uma vez mais o uso dos corpos dessas mulheres como elemento ativo da luta política. Ela e algumas de suas companheiras chegaram a apanhar de corrente quando faziam uma manifestação feminista diante de alguns componentes do grupo da esquerda armada MR-8²⁵. No movimento estudantil, não lançaram chapa, mas fizeram campanha contra a tendência ligada ao MR-8 por suas atitudes e propaganda, consideradas machistas por elas.

Uma outra manifestação importante do grupo de Sônia Maluf foi a publicação do periódico feminista *Mulher Liberta Mulher*, que chegou a contar vários números²⁶. Mesmo sem a inserção oficial em grupos maiores, zelando pela autonomia, a tendência desse grupo de jovens mulheres estava fortemente atrelada às ideias socialistas e às ações de resistência.

Coincidentemente ao relato da argentina Sol, o expansionismo do grupo *Liberta* levou Sônia ao Sindicato dos Metalúrgicos em Canoas, Rio Grande do Sul, aonde ia uma vez por semana, para dar assessoria feminista às mulheres da diretoria e a quem mais quisesse se juntar a elas. Nos sábados, ia aos bairros operários de Canoas para passar filmes e discutir com as mulheres.

Sônia Maluf coloca em palavras um pensamento partilhado também por Alejandra Ciriza (2009) quando define sua dupla militância como “uma militância de

²⁵ Movimento Revolucionário 8 de outubro.

²⁶ Conversa com a autora em setembro de 2009.

esquerda no interior do feminismo e uma militância feminista no interior da esquerda” (Maluf, 2009).

Questões para a dupla militância

Como antropóloga, Sônia Maluf também nos ajuda a pensar sobre a constituição do campo feminista na década de 1970.

Qualquer história dos feminismos contemporâneos no Brasil e na América Latina necessariamente fará referências ao contexto relativamente recente das ditaduras militares no país e na região de modo geral. No Brasil, o surgimento de grupos, organizações e movimentos feministas em meados dos anos 70 foi bastante marcado por uma conjuntura de repressão política e perseguição, organização clandestina dos grupos de esquerda e de oposição (Maluf, 2009).

A luta política da esquerda contra as ditaduras militares certamente esteve na base da constituição dos feminismos que emergiram nos países do Cone Sul. Isabel Cristina Hentz faz um bom resumo da situação das dupla-militantes diante das discussões entre esquerda e feminismo.

[...] as feministas socialistas, diferentemente do que afirmavam os grupos de esquerda, não acreditavam que a revolução socialista traria automaticamente a libertação das mulheres. Por isso as mulheres deveriam ter sua luta própria, com suas reivindicações específicas, separada da luta socialista. Mesmo assim, as feministas marxistas não acreditavam que fosse possível a plena libertação das mulheres separada do socialismo, ou seja, mesmo que as mulheres conseguissem atingir alguns de seus objetivos no sistema capitalista, seria somente no socialismo, com a extinção da sociedade de classes e da propriedade privada, que a libertação feminina poderia ser completa (Hentz, Inédito).

Essa discussão esteve presente em várias partes do Cone Sul. Maluf sinaliza que nos anos 1970 e início dos 1980 eram constantes as discussões sobre a luta geral e a luta específica das mulheres, mas avisa que “[...] não é possível reduzir essa tensão a uma versão homogênea nem sobre as organizações de esquerda quanto ao feminismo nem dos grupos feministas quanto à chamada luta mais geral.” De acordo com ela, isso poderia levar a pensar em uma política feminista pouco articulada com outras questões que não se referem à especificidade de gênero. Além disso, grupos e partidos de esquerda acabaram por incluir essas demandas à sua plataforma política (Maluf, 2009).

Geoff Eley fala do movimento feminista dos anos 1970 como uma experiência “enfurecedora” contra a misoginia da esquerda, que o via como um divisionismo burguês. Recusando o contínuo recebimento das migalhas da política masculina, as mulheres surgiram como uma coletividade inesperada, com todo o poder de uma novidade, formando grupos não-hierárquicos e descentralizados para contrastar com a esquerda tradicional. As feministas teriam colocado em questão quais eram as reais prioridades da esquerda. Com estilo político subversivo, segundo o autor, constituíram uma identidade coletiva em torno de problemas que a política convencional ignorava e passaram a atuar nas bases sociais, lutando por salários iguais junto aos operários e fazendo ações coletivas de apoio às mulheres pobres. Eley afirma que as questões comunitárias que fizeram parte de suas reivindicações eram desprezadas pela esquerda tradicional e que elas conseguiam ter uma intensa atividade mesmo sem os recursos dos partidos ou sindicatos (Eley, 2005).

Embora seu argumento seja de origem européia, busquei nele pontos convergentes com o que encontramos nas fontes referentes aos feminismos dentro do Cone Sul, que teve como especificidade a resistência aos regimes militares, tanto que muitas mulheres se autodenominaram feministas apenas no exílio, onde essas ideias circulavam mais livremente e onde encontravam ressonância.

A argentina Karin Grammático denuncia a exclusão da experiência do feminismo como elemento de contestação pela historiografia que estuda o período do último regime militar na Argentina. Para ela, a aproximação de diversas militantes com os problemas das mulheres foi um caminho curto no sentido do projeto feminista. Como exemplo, menciona a aproximação entre as mulheres do *Partido Socialista de los Trabajadores* – PRT – e as da *Unión Feminista Argentina* – UFA – no começo da década de 1970, quando publicaram, juntas, uma revista e um livro. Mas ainda assim era perceptível a tensão entre as questões de classe e de gênero (Grammático, 2005).

Algumas reflexões sobre campo

Comecei este artigo com o depoimento de mulheres que viveram os anos 1970 como militantes políticas em grupos de esquerda de três países diferentes e localizei,

com a ajuda delas, a origem de um dos feminismos sul-americanos dentro do campo da esquerda. Pudemos perceber que elas ainda se definem como mulheres de esquerda e como feministas, mas tiveram que sair de seus grupos e partidos para buscar uma luta paralela, já que uma característica marcante dessa esquerda revolucionária era priorizar apenas o econômico e o político e não olhar para as demandas de transformações culturais e sociais que passaram a emergir dentro dela mesma.

O histórico das mulheres na luta pela igualdade é bastante longo e nos permitem traçar o esboço de múltiplos contextos. Elas participaram ativamente da Revolução Francesa, mas foram afastadas de seus benefícios²⁷; estiveram na Revolução Bolchevique, mas tiveram suas conquistas em parte revogadas depois de Lênin; em 1968, as manifestações de mulheres eclodiram dentro do movimento estudantil; e desde o começo dessa década estiveram nos grupos de resistência às ditaduras militares no Cone Sul. Cansadas de não serem contempladas, partiram para uma luta própria, perceberam que não estavam sozinhas e que não eram poucas.

As mulheres acabaram autonomamente se inserindo em trabalhos de base popular e, como formigas, foram disseminando suas ideias e atuando em conjunto. Corpos e mentes na ação em conjunto. Fizeram e fazem lentamente uma transformação (“a revolução mais longa”, de acordo com Juliet Mitchell), uma subversão de valores, de fato revolucionária e libertária, com a disposição de seus corpos em situações diversas, na estratégia ou na repressão, e chegaram a um alcance imprevisto pelos grupos de esquerda de onde grande parte delas saiu.

Alejandra Ciriza também ajuda a pensar sobre algumas questões, em um texto reflexivo sobre os testemunhos, posterior ao evento onde eles emergiram.

*Ilustrábamos, en un escenario mínimo, uno de los dilemas teóricos que han desvelado a quienes se ocupan de la cuestión de las relaciones entre historia y memoria, a saber, la relación entre experiencia individual y colectiva que el testimonio plantea, la tensión entre la singularidad inevitable del testimonio, en cuanto puesta en palabra de una experiencia y un recorrido peculiar y la posibilidad de iluminar los procesos históricos que tuvieron lugar en el Cono Sur entre los años 1964 y 1990 aproximadamente*²⁸ (Ciriza, 2009b).

²⁷ Madeleine Pelletier afirmava que se as mulheres podiam subir ao cadafalso, para terem suas cabeças decepadas pela guilhotina, também tinham o direito de subir à tribuna. Cf. SCOTT, 2006.

²⁸ “Ilustrábamos, em um cenário mínimo, um dos dilemas teóricos desvelados a quem se ocupa da questão das relações entre história e memória, a saber, a relação entre experiência individual e coletiva que o testemunho estabelece, a tensão entre a singularidade inevitável do testemunho, enquanto colocada em palavra uma experiência e

Se a experiência individual pode representar a coletiva? Acredito em suas francas relações, mas disso se ocuparam diversos autores²⁹. Como ela mesma argumenta, também creio que a comparação entre elas pode lançar algumas luzes sobre processos históricos paralelos, situados em espaços e tempos bastante próximos.

Passei por todos os outros âmbitos para finalmente falar mais propriamente a respeito da comparação que propus como eixo para esta análise. Concordo, como outros autores, com a referência de Marc Bloch (1963 [1928]) à história comparada como um meio, um instrumento técnico que possibilita uma análise mais ampla, para além das fronteiras nacionais, e por isso tratei de utilizá-la sem as obrigatoriedades que são intrínsecas ao uso das categorias de análise.

De qualquer modo, é importante localizar melhor este artigo nesse campo, onde também nos situamos no âmbito de uma pesquisa maior sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Para isso trago uma análise entre Brasil e Argentina (já que apenas um dos testemunhos analisados não vem destes países) proposta por Boris Fausto e Fernando Devoto no livro **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. Os autores, ao estilo de Bloch, estudam semelhanças e diferenças entre duas sociedades próximas no espaço “[...] cujos processos históricos se desenvolvem no mesmo quadro temporal”, portanto podem ser analisadas seguindo estes parâmetros (Fausto e Devoto, 2005). Eles analisam um longo período da história (os séculos XIX e XX), comparando os dois países, mas não relatam qualquer manifestação do movimento de mulheres ou do feminista, hoje considerado uma das principais revoluções do final do último século³⁰.

Minha proposta com este artigo foi pensarmos comparativamente os países do Cone Sul como participantes de um mesmo processo, simbolizado e incorporado nos golpes e regimes militares, plenos de diversidade e especificidade – que se manifestam notoriamente nas temporalidades e na cultura singular de cada país – mas que trazem a possibilidade de se pensar pontos em comum, histórias comparáveis.

Os depoimentos (fragmentos) aqui apresentados também podem ser questionados por sua subjetividade, pela mistura de emoções e pela intencionalidade

um acontecido peculiar e a possibilidade de iluminar os processos históricos que tiveram lugar no Cone Sul entre os anos 1964 e 1990, aproximadamente” (tradução livre).

²⁹ Cf. Maurice Halbwachs, Elizabeth Jelin, Michel Pollak, Alejandra Oberti, entre outros.

³⁰ Cf. Eric Hobsbawm, Stuart Hall e Geoff Eley, Op. cit.

que carregam enquanto discursos políticos. Tudo isso deve ser considerado e relativizado, mas de modo algum diminui a relevância da percepção dos testemunhos como discursos datados, generificados e geopoliticamente situados.

O Brasil de Amelinha e Sônia, a Bolívia de Miriam e a argentina de Alejandra e Sol estão situados no espaço geopolítico hoje denominado Cone Sul, passaram, a partir dos anos 1960, pela trágica experiência dos golpes militares, que fizeram da tortura uma prática generalizada para lidar com a ameaça da chamada “subversão”. Os mecanismos de funcionamento³¹ dessas sociedades podiam ser amplamente distintos, mas traziam com eles traços análogos, que são repetidos na contraposição das falas das mulheres que apresentei neste estudo, como na de tantas outras que puderam narrar suas trajetórias.

Diante dos relatos, podemos observar certas singularidades dos países, assim como de cada uma dessas mulheres, mas a inserção delas na esquerda, armada ou não, e a defesa (no caso dos três primeiros testemunhos) ou a utilização (no caso dos últimos) de seus corpos possibilitam considerar relações e assumir a transnacionalidade de práticas que de certa forma amarravam um fio condutor, ou um laço, na história dessas mulheres: feministas, militantes de esquerda, vivendo em países sul-americanos marcados por ditaduras militares. Além disso, em um âmbito mais restrito e pessoal, Alejandra, Miriam e Amelinha foram presas e tiveram seus corpos marcados e violados. Sol e Sônia não estavam na luta armada e seguiam outra estratégia: colocar seus corpos nas ruas para fazer performances, peças de teatro, invasões... Todas estiveram ameaçadas, nenhuma recuou em seus princípios, ideias e lutas.

Maria Ligia Coelho Prado alerta que uma história comparada “não deve estar comprometida com a busca de generalizações” (Prado, 2005: 23). Minha proposta esteve centrada mais no sentido de pensar uma aproximação, ou conexão e complementação, tomando emprestado o argumento de Prado. Busquei olhar para algumas poucas narrativas singulares que abriram espaço para possibilidades mais amplas, capazes de complementar outros quadros de contextos históricos particulares – os de países sul-americanos transpassados por regimes militares – que tiveram efeitos decisivos sobre os corpos e as vidas de milhares de pessoas, entre elas as militantes feministas de esquerda. Por meio destes questionamentos, podemos chegar a inúmeras

³¹ Usando as palavras de Heinz-Gerhard Haupt (1998).

outras questões e debates que ligam mulheres, seus corpos e sua atuação e recepção diante de práticas repressivas.

Referências:

CIRIZA, Alejandra. 2009. Mesa redonda Trajetória de mulheres na luta contra as ditaduras no Cone Sul. *In: Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Registro em DVD.

_____. 2009. Memoria, experiencia política y testimonio. *In: Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Anais eletrônicos. Disponíveis em www.coloquioconesul.ufsc.br.

COLLING, Ana Maria. Uma questão de gênero na ditadura militar no Brasil. *In: ANDÚJAR, Andréa (org.). História, Género y Política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2006. Livro eletrônico disponível em www.feminaria.com.ar.

BLOCH, Marc. 1963 (1928). Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *In: Mélanges historiques*. Paris: SEVPEN.

ELEY, Geoff. 2005. Feminismo: a esquerda e as novas questões relativas a gênero. *In: _____. Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, pp. 421-440.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. 2005. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002)**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.

GRAMMÁTICO, Karin. 2005. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: un diálogo (im)posible. *In: ANDÚJAR, Andrea (et al.) Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, pp. 19-38. Disponível em: www.feminaria.ar.

HAUPT, Heinz-Gerhard. 1998. O lento surgimento de uma história comparada. *In: DOMINIQUE (org.). Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, pp. 205-216.

HENTZ, Isabel Cristina. Libertação das mulheres ou revolução socialista? Embates entre feminismo e esquerda no período das ditaduras do Cone Sul. Inédito.

MALUF, Sônia Weidner. 2009. Brazilian feminisms: their central and peripheral questions. *In: Feminist Theory & Activism in Global Perspective*. Londres: Feminist Review. Comunicação oral. Resumo disponível em www.feminist-review.com.

PEDRO, Joana Maria. 2003. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio. *In*: MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, pp. 157-180.

PERROT, Michelle. 2003. Os silêncios do corpo da mulher. *In*: MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, pp. 13-27.

PRADO, Maria Ligia Coelho. 2005. Repensando a história comparada da América Latina. *In*: **Revista de História**. São Paulo: USP, pp. 11-33.

SCOTT, Joan. 2002. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Editora Mulheres.

SOL, Monica. 2009. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro em Florianópolis. Acervo LEGH/UFSC.

SUAREZ, Miriam. 2009. Mesa redonda Trajetória de mulheres na luta contra as ditaduras no Cone Sul. *In*: **Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Registro em DVD.

TELES, Maria Amélia de Almeida. 2009. Mesa redonda Trajetória de mulheres na luta contra as ditaduras no Cone Sul. *In*: **Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Registro em DVD.

VEIGA, Ana Maria. 2009. Feminismo, esquerda, transnacionalidade: reflexões sobre algumas experiências sul-americanas. *In*: **V Jornadas de Historia de las Izquierdas**. Buenos Aires: CEDINCI. Comunicação oral.

_____. 2009. **Feminismos em rede?** Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985). Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

WOLFF, Cristina Scheibe. 2007. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil. *In*: ____ (et al.). **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Editora Mulheres, pp. 95-111.